O protagonismo do herói negro nas literaturas das Américas: uma análise de *O Reino deste Mundo*

The protagonism of the black hero in the literatures of the Americas: an analysis of *The Kingdom of this World*

El protagonismo del héroe negro en las literaturas de las Américas: un análisis de *El Reino de este Mundo*

Josué da Silva Fernandes
https://orcid.org/0000-0002-7994-5706
Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT)

Leonardo Pinto de Almeida
https://orcid.org/0000-0002-7004-6755
Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT)

Resumo

Neste trabalho, analisamos a construção do herói negro na obra *O Reino deste Mundo*, de Alejo Carpentier. Investigamos o problema da escassez de representações heroicas negras no cânone literário brasileiro e ocidental de matriz eurocêntrica, problematizando como essa ausência configura um dispositivo de manutenção da invisibilidade histórica e social. Justificamos a pesquisa pela necessidade de fomentar processos de descolonização mental e romper com o apagamento das identidades afro-latino-americanas. No plano metodológico, a investigação situa-se no campo disciplinar da Literatura Comparada, operando por meio da análise textual analítica e imanente (*close reading*). O estudo ancora-se nas contribuições teóricas da descolonialidade — mobilizando autores como Frantz Fanon, Walter Mignolo, Catherine Walsh e Aníbal Quijano — articuladas à sociologia crítica brasileira e da invisibilidade, representada fundamentalmente pelas análises de Florestan Fernandes e Jessé de Souza. Como resultado, demonstramos que as figuras de Mackandal e Ti Noël emergem como arquétipos de soberania espiritual e histórica, subvertendo a lógica da subalternidade passiva por meio da estética do maravilhoso real. Concluímos que tais representações são fundamentais para a refundação de identidades nacionais inclusivas e para o enfrentamento de ordens ideológicas coloniais persistentes no imaginário das Américas.

Palavras-chave: protagonismo negro; literatura comparada; descolonialidade; maravilhoso real; *O Reino deste Mundo*.

Abstract

In this study, we analyze the construction of the black hero in Alejo Carpentier's novel *The Kingdom of this World*. We investigate the research problem concerning the scarcity of black heroic representations in Brazilian and Western literary canons of Eurocentric matrix, problematizing how this absence constitutes a structural mechanism for maintaining historical and social invisibility. We justify this research by the urgent need to foster mental decolonization processes and dismantle the erasure of Afro-Latin American identities. Methodologically, this investigation is situated within the disciplinary field of Comparative Literature, employing *close reading* textual analysis. The study is grounded in the theoretical contributions of decoloniality — mobilizing authors such as Frantz Fanon, Walter Mignolo, Catherine Walsh, and Aníbal Quijano — articulated with Brazilian

critical sociology and the sociology of invisibility, fundamentally represented by Florestan Fernandes and Jessé de Souza. As a result, we demonstrate that the figures of Mackandal and Ti Noël emerge as archetypes of spiritual and historical sovereignty, subverting the logic of passive subalternity through the aesthetics of the marvelous real. We conclude that such representations are fundamental for reconstructing inclusive national identities and confronting persistent colonial ideological orders in the imaginary of the Americas.

Keywords: black protagonism; comparative literature; decoloniality; marvelous realism; *The Kingdom of this World*.

Resumen

En este trabajo, analizamos la construcción del héroe negro en la novela *El Reino de este Mundo*, de Alejo Carpentier. Investigamos el problema de la escasez de representaciones heroicas negras en el canon literario brasileño y occidental de matriz eurocéntrica, problematizando cómo esta ausencia configura un dispositivo estructural para mantener la invisibilidad histórica y social. Justificamos la investigación por la necesidad urgente de fomentar procesos de descolonización mental y romper con el silenciamiento de las identidades afrolatinoamericanas. Metodológicamente, la investigación se inscribe en el campo disciplinario de la Literatura Comparada, operando mediante el análisis textual inmanente (*close reading*). El estudio se fundamenta en las perspectivas teóricas de la decolonialidad — movilizando pensadores como Frantz Fanon, Walter Mignolo, Catherine Walsh y Aníbal Quijano — en articulación con la sociología crítica brasileña y la sociología de la invisibilidad, representada centralmente por Florestan Fernandes y Jessé de Souza. Como resultado, demostramos que las figuras de Mackandal y Ti Noël emergen como arquetipos de soberanía espiritual e histórica, subvirtiendo la lógica de la subalternidad pasiva por medio la estética de lo real maravilloso. Concluimos que tales representaciones son fundamentales para la construcción de identidades nacionales inclusivas y para desafiar los órdenes ideológicos coloniales persistentes en el imaginario de las Américas.

Palabras clave: protagonismo negro; literatura comparada; decolonialidad; realismo maravilloso; *El Reino de este Mundo*.

Introdução

No cenário literário e cultural brasileiro, a representação do herói negro enfrenta uma notável e deliberada escassez no interior do cânone ocidental e nacional. Essa ausência sistemática de figuras de relevância cultural, política e intelectual para a população negra não se reduz a uma lacuna narrativa involuntária, configurando-se como consequência direta de uma "ordem ideológica" secular que historicamente marginalizou a contribuição das matrizes africanas na formação do Estado-Nação.

Longe de ser uma impressão subjetiva, a escassez de representações da negritude no cânone é corroborada por expressivos dados sociológicos e historiográficos empíricos. Pesquisas empíricas de mapeamento do campo literário brasileiro, a exemplo do minucioso levantamento coordenado por Regina Dalcastagnè (2012) sobre o romance contemporâneo brasileiro publicado pelas principais editoras do país entre 1990 e 2004 — estendido e reafirmado em levantamentos posteriores —, revelam que mais de 90% dos autores publicados

eram brancos e que os personagens negros compunham menos de 8% do total dos protagonistas analisados. Mais grave ainda: quando figuravam no espaço ficcional, os personagens negros apareciam quase invariavelmente circunscritos a papéis subalternos, precarizados, marcados pela criminalidade ou destituídos de qualquer poder de enunciação subjetiva e agência histórica. Essa assimetria quantitativa e qualitativa expõe como o cânone literário hegemônico funcionou historicamente como uma máquina de filtragem que interdita o protagonismo ontológico do sujeito negro.

Como observa Frantz Fanon (2008), essa perspectiva eurocêntrica resultou na distorção da autoimagem de indivíduos negros, gerando um sentimento de estranhamento e exclusão que ele denomina como a alienação do colonizado. O negro, privado de heróis que compartilham sua cor e sua memória histórica ancestral, é coagido a buscar referenciais de valor em uma cultura hegemônica que simultaneamente o inferioriza e o nega. Essa constatação, longe de se restringir ao plano da abstração teórica, reverbera em nossa própria experiência docente e de pesquisa ao testemunharmos estudantes negros que raramente encontram espelhos positivos de liderança e soberania nos manuais escolares e nas leituras canônicas prescritas pelas instituições de ensino.

Diante desse panorama de silenciamento estruturado, este trabalho investiga uma alternativa estética e política fulcral: a construção da figura do herói negro no romance *O Reino deste Mundo* (1949), do consagrado escritor e musicólogo cubano Alejo Carpentier. A narrativa destaca-se por apresentar sujeitos escravizados que não apenas lutam por sua sobrevivência física e biológica imediata, mas que ascendem à liderança histórica e teleológica de sua terra por meio de uma soberania espiritual, cultural e cosmológica. Esse arquétipo do herói negro como ideal de valor ontológico, força coletiva e sofisticação estratégica atua como vigoroso contraponto à carência de representatividade heroica na literatura clássica brasileira, a qual, conforme diagnosticou Florestan Fernandes (2024), historicamente confinou o negro à imagem do escravo "resignado", do sujeito da anomia social ou do "sofredor" passivo.

Para fundamentar nossa análise, adotamos um viés teórico interdisciplinar situado no horizonte dos estudos da descolonialidade[1] e da sociologia da invisibilidade. A noção de

[1] O conceito de descolonialidade (ou decolonialidade) emergiu no interior do Programa Modernidade/Colonialidade/Decolonialidade (com pensadores como Aníbal Quijano, Walter Mignolo, Catherine Walsh, María Lugones e Enrique Dussel). Diferencia-se rigorosamente da mera "descolonização" histórico-

"sociologia da invisibilidade", longe de constituir um termo vago, designa a tradição analítica crítica que investiga os mecanismos institucionais, simbólicos e discursivos por meio dos quais determinadas coletividades humanas são ativamente despojadas de reconhecimento público e agência histórica. Essa vertente encontra matriz seminal na clássica sociologia de Florestan Fernandes (2024) sobre a integração dependente e o abandono estrutural do negro no pós-abolição, e é contemporaneamente formulada e aprofundada por sociólogos críticos como Jessé de Souza (2006, 2019). Em articulação com os estudos sociológicos, mobilizamos o pensamento decolonial de Frantz Fanon (1968, 2008), Walter Mignolo (2003), Catherine Walsh (2008) e Aníbal Quijano (2005), os quais examinam como a colonialidade do poder e do saber perpetuou as hierarquias raciais mesmo após a cessação formal do colonialismo clássico.

No plano metodológico, cumpre esclarecer de partida que este estudo não deve ser compreendido como uma mera "pesquisa bibliográfica comparada", mas sim como uma pesquisa rigorosamente inserida no campo disciplinar da Literatura Comparada. Enquanto a pesquisa bibliográfica designa uma técnica genérica de levantamento de fontes impressas e digitais, a Literatura Comparada constitui um campo de saber epistemológico consolidado, dotado de metodologia própria voltada ao exame das relações intertextuais, das tensões ideológicas, dos fluxos culturais transnacionais e dos diálogos estéticos entre diferentes tradições literárias — no presente caso, articulando a narrativa caribenha de Carpentier à historiografia e ao romance brasileiro. Operamos no interior desse campo comparatista mediante a aplicação da técnica de *close reading*[2], permitindo uma microanálise imanente do texto estético de Carpentier, em fricção constante com a crítica da subalternidade e as formações sócio-históricas das Américas.

---

jurídica (a desocupação territorial e formal de administrações metropolitanas após as lutas de independência) ao afirmar que o fim do colonialismo político não eliminou a colonialidade — entendida como o padrão global de poder, dominação e classificação racial ontológica imposto pela modernidade europeia desde 1492. A descolonialidade opera, portanto, como práxis epistêmica, política e existencial de desobediência e transgressão contra as hierarquias modernas que subordinam corpos, conhecimentos, naturezas e modos de ser não europeus.

[2] O termo *close reading* (leitura cerrada ou atenta) consolidou-se como método analítico seminal a partir do New Criticism anglo-americano (notadamente com I. A. Richards, Cleanth Brooks e William Empson) e da crítica estilística imanente. O procedimento fundamenta-se na observação microscópica e detalhada das tessituras internas do texto literário — atentando para escolhas lexicais, figuras de linguagem, metáforas, ritmos, ambiguidades, elipses e modulações da voz narrativa —, sustentando que o sentido e as tensões ideológicas da obra residem na materialidade formal e indissolúvel de sua linguagem poética.

O problema central desta investigação consiste em indagar de que maneira a estética do "maravilhoso real" possibilita a Carpentier forjar heróis negros que desestabilizam e subvertem a matriz colonial do poder. Diferente do fantástico e do surrealismo europeus, o maravilhoso real de Carpentier apoia-se na fé coletiva, nas cosmogonias animistas e na vivência histórica do homem americano, transformando o mito em autêntica agência política. A justificativa para este estudo reside na urgência de descolonizar o currículo e o imaginário social, descortinando modelos heroicos que fortaleçam a soberania afro-latino-americana. A estrutura do artigo desdobra-se em três etapas: o debate teórico em torno da descolonialidade, da zona do não-ser e da crítica da subalternidade; a exegese imanente das trajetórias de Mackandal e Ti Noël sob a gramática do maravilhoso real; e a análise comparatista entre o fenômeno do "haitianismo" e a tradição literária brasileira.

1. Da zona do não-ser à crítica da subalternidade

O diálogo entre a fenomenologia da existência colonizada, os estudos pós-coloniais da subalternidade e a sociologia das estruturas de dominação social oferece o arcabouço analítico indispensável para examinar a passagem da privação existencial para a conquista da soberania. Analisamos, em primeiro lugar, a formulação fanoniana da "zona do não-ser", confrontando-a com os desdobramentos conceituais dos Estudos Subalternos e, posteriormente, com a sociologia da invisibilidade de Jessé de Souza e Florestan Fernandes.

1.1. A fenomenologia da alienação em Fanon e o quadro teórico dos Estudos Subalternos

Para compreender a densidade do heroísmo negro em *O Reino deste Mundo*, faz-se mister situar o estado de despossessão ontológica infligido pela maquinaria colonial. Em *Pele negra, máscaras brancas*, Fanon (2008) descreve a experiência do negro em um mundo estruturado pela supremacia branca como uma condenação a um espaço de vácuo ontológico. Nas palavras do autor:

> Na zona do não-ser, uma região extraordinariamente estéril e árida, um declive essencialmente purificador, do qual pode partir uma nova vida. Na maioria das vezes, o preto não tem consciência dela. [...] O preto é um preto. Mas, em decorrência de uma série de aberrações afetivas, ele se estabeleceu no seio de um universo de onde é preciso retirá-lo (Fanon, 2008, p. 26).

Na zona do não-ser, o indivíduo negro é destituído de sua condição de humanidade pelo olhar epistêmico do colonizador, gerando uma fratura irremediável na consciência e forçando a adoção de máscaras psíquicas e linguísticas destinadas a suportar a violência da exclusão. O heroísmo negro desponta, assim, não simplesmente como confronto armado ou bélico, mas como a mais radical reivindicação de existência, inteligência e soberania humana. A maquinaria colonial impõe ao negro a internalização patológica de uma suposta inferioridade — processo que Fanon define como a "epidermalização" do complexo colonial —, obrigando-o a buscar validação nos moldes culturais de seu opressor:

> O preto quer ser branco. O branco empenha-se em realizar uma condição humana. [...] O que o preto quer é ser como o branco. Para o preto, só há um destino. E ele é branco. Há muito tempo o preto admitiu a superioridade inquestionável do branco, e todos os seus esforços tendem a realizar uma existência branca (Fanon, 2008, p. 27).

Esse diagnóstico dialoga diretamente com as categorias centrais da teoria pós-colonial e dos Estudos Subalternos (*Subaltern Studies*). Na década de 1970, o conceito gramsciano de "subaltern" foi profundamente revisitado e assumiu centralidade incontornável a partir da atuação de um coletivo de historiadores e intelectuais sul-asiáticos liderados por Ranajit Guha. O grupo buscou reescrever a historiografia a partir de uma perspectiva "de baixo para cima", demonstrando que os grupos populares marginalizados pelas elites imperialistas britânicas e pelas burguesias nacionalistas autóctones detinham consciência histórica, repertórios próprios de revolta e modos autônomos de organização.

Posteriormente, pensadores de proa da Teoria Pós-Colonial como Edward Said, em *Orientalismo* (1978), demonstraram como os discursos hegemônicos metropolitanos constroem o colonizado como um "Outro" exoticizado, estático e ontologicamente inferior, desprovido de capacidade racional autônoma. O debate alcançou sua mais refinada inflexão com a filósofa Gayatri Chakravorty Spivak, notadamente em seu renomado ensaio *Pode o*

Sujeito Subalterno Falar? (1988). Spivak argumenta que o subalterno — e, de modo exponencialmente mais brutal, a mulher subalterna racializada — é colocado em uma posição estrutural em que a sua voz não pode ser legitimamente escutada no interior dos circuitos discursivos, institucionais e historiográficos dominantes. O sistema epistêmico colonial silencia o subalterno no ato mesmo em que pretende representá-lo.

Assim, quando discutimos os "estereótipos de subalternidade" que marcaram a historiografia e o romance oitocentista, estamos nos referindo a essa precisa economia discursiva denunciada por Guha, Said e Spivak: a engrenagem institucional que interdita a fala do colonizado e o fixa na condição de mero objeto de observação ou piedade. É exatamente contra essa interdição que *O Reino deste Mundo* opera: Mackandal e Ti Noël recusam a mudez que lhes foi reservada pelo código escravocrata, transfigurando o silêncio imposto em insurgência cosmológica e política.

Fanon nos recorda, em *Os Condenados da Terra*, que a quebra desse estatuto exige uma refundação radical:

> A descolonização é a substituição de uma "espécie" de homens por outra "espécie" de homens. Sem transição, há uma substituição total, completa, absoluta. [...] A descolonização é verdadeiramente a criação de homens novos. Mas esta criação não recebe sua legitimidade de nenhuma potência sobrenatural: a "coisa" colonizada torna-se homem no processo mesmo pelo qual se liberta (Fanon, 1968, p. 25).

A descolonização da subjetividade, portanto, principia no instante em que o herói literário desmonta as representações que o enclausuravam no papel de "coisa" ou "peça" de mercadoria, reivindicando para si o poder soberano de intervir na história das Américas.

1.2. Jessé de Souza, Florestan Fernandes e a sociologia crítica da invisibilidade

A fenomenologia existencial de Fanon e a teoria da subalternidade encontram correspondência direta na tradição da sociologia crítica brasileira dedicada à desmistificação das hierarquias raciais. A formulação conceitual da sociologia da invisibilidade estrutura-se em torno do desvelamento dos dispositivos simbólicos e estruturais pelos quais o sistema hegemônico produz a opacidade de determinados segmentos populacionais.

No pensamento social brasileiro, essa perspectiva tem seu marco fundador na obra clássica de Florestan Fernandes, mormente em *A integração do negro na sociedade de classes* (1965/2024). Florestan demonstrou com pioneirismo sociológico que a abolição da escravidão em 1888 não integrou o ex-escravizado como cidadão pleno, mas operou um abandono deliberado. O negro foi mantido na periferia do mercado formal e estigmatizado como "socialmente desajustado", construindo-se uma ordem social competitiva baseada no favorecimento do imigrante europeu branco e no recalque permanente das populações afro-brasileiras. O silenciamento das capacidades intelectuais do negro, portanto, constituía a contraface sociológica necessária da manutenção dos privilégios senhoriais sob uma roupagem burguesa.

Atualizando essa matriz sociológica para a contemporaneidade, Jessé de Souza (2006, 2019) articula os conceitos de *habitus* e de "ralé estrutural" para elucidar como o racismo opera pela negação intransigente de dignidade ontológica e cognitiva aos herdeiros da escravidão:

> A elite brasileira é a elite do atraso porque ela é a herdeira da escravidão e de tudo o que ela significa em termos de desumanização e desprezo pelo trabalho. Essa elite, que se imagina moderna e europeia, na verdade fundamenta seu poder no silenciamento e na exclusão produtiva daqueles que ela mesma marginaliza sob o pretexto da incapacidade (Souza, 2019, p. 45).

A "ralé" brasileira — conceito cunhado por Souza para caracterizar o contingente mantido em um patamar de precariedade material e subjetiva aquém da classe trabalhadora dotada de capital cultural — é tornada sistematicamente invisível nas representações nobres do país. Ao analisar essa invisibilidade institucionalizada, o sociólogo destaca:

> A invisibilidade da "ralé" é a condição de possibilidade para a manutenção do privilégio da classe média e da elite. Ao negar o caráter humano e o potencial de agência do negro, o sistema social garante que o poder permaneça concentrado nas mãos daqueles que detêm o capital cultural de matriz europeia (Souza, 2019, p. 88).

Nas letras e na historiografia oficial, tal dinâmica manifestou-se na recusa contumaz em outorgar aos sujeitos negros atributos de intelecção, estratégia e liderança moral.

Estabeleceu-se uma perversa divisão simbólica do trabalho que confinou o homem negro ao esforço mecânico:

> O corpo é o lugar da escravidão; o espírito e a inteligência são os lugares da liberdade que a elite tenta monopolizar. No Brasil, o negro foi associado ao esforço físico bruto, enquanto a capacidade de abstração e de liderança foi reservada aos brancos, criando uma barreira de invisibilidade para o gênio negro (Souza, 2019, p. 112).

A literatura canônica, ao recusar protagonistas negros providos de soberania autônoma, reproduziu com exatidão esse pacto de invisibilidade. A figura revolucionária de Mackandal em *O Reino deste Mundo* subverte frontalmente essa barreira: ele não é apenas a força motriz do canavial, mas a mente filosófica e mística superior que desafia a epistemologia ocidental, desmantelando a ideologia da incapacidade civilizatória do colonizado.

2. A poética do maravilhoso real: transmutação do mito em agência política

Nesta seção, realizamos uma leitura analítica cerrada (*close reading*) da obra carpentiana para investigar de que modo a poética do maravilhoso real atua como operador de descolonização e como a transfiguração mítica se converte em agência histórica concreta.

2.1. A fundamentação estética de lo real maravilloso

A categoria do “maravilhoso real” (*lo real maravilloso*) foi formulada teórica e programaticamente por Alejo Carpentier em seu célebre prólogo de 1949 para a primeira edição de *O Reino deste Mundo* (posteriormente expandido no ensaio "De lo real maravilloso americano", em 1967). Essa estética foi concebida por Carpentier logo após sua marcante viagem ao Haiti em 1943, na qual testemunhou a vivacidade da cosmologia afro-caribenha, as ruínas da Cidadela La Ferrière e o palácio Sans-Souci.

Para o autor cubano, o maravilhoso real não se confunde com o surrealismo europeu, tampouco com a literatura fantástica convencional ou com as derivações posteriores do chamado “realismo mágico” hispano-americano. Enquanto o surrealismo vanguardista

europeu (encabeçado por André Breton) recorria a artifícios técnicos deliberados, ao automatismo psíquico e à combinação forçada de imagens díspares (“o encontro fortuito entre uma máquina de costura e um guarda-chuva em uma mesa de dissecção”) para fabricar um maravilhoso artificial, o maravilhoso real americano constitui uma categoria ontológica e histórica.

Como sustenta Carpentier em seu prólogo, a história, a mestiçagem e as cosmogonias das Américas são intrinsecamente maravilhosas, porque nelas o extraordinário não brota do delírio onírico individual, mas da realidade concreta de povos cuja fé coletiva permanece viva: “o maravilhoso começa a sê-lo de maneira inequívoca quando surge de uma alteração inesperada da realidade (um milagre), de uma revelação privilegiada da realidade, de uma iluminação incomum [...] e que pressupõe, antes de tudo, uma fé”. Pensadores da literatura hispano-americana, como Angel Rama e Irlemar Chiampi (1980), sublinham que a matriz de Carpentier funda uma teoria literária autóctone, em que o mito religioso e a ontologia do sagrado africano e indígena deixam de ser rotulados como folclore anacrônico pelo olhar europeu para tornarem-se o motor legítimo da apreensão do mundo e da ação histórica.

2.2. Mackandal: a botânica sagrada e a conversão do mito em agência política

Ao empregarmos os termos “mito” e “agência política”, não os mobilizamos como noções abstratas ou retóricas, mas como conceitos sociológicos e antropológicos estritos. Na tradição da teoria política (a exemplo de Georges Sorel e Walter Benjamin) e da antropologia (Claude Lévi-Strauss), o mito não designa uma inverdade ou uma ilusão alienante, mas uma narrativa coletiva fundacional dotada de eficácia simbólica, capaz de organizar a visão de mundo e conferir sentido à experiência humana. A agência política, por seu turno, tal como teorizada por Anthony Giddens e fraturada decolonialmente por Frantz Fanon, expressa a capacidade dos sujeitos sociais de intervir reflexivamente sobre o curso dos acontecimentos e de desmantelar estruturas coercitivas de dominação.

A obra de Carpentier articula organicamente essas duas instâncias: a transfiguração mítica de Mackandal deixa de ser um delírio escapista e passa a atuar como a chave prática da mobilização insurrecional escravizada. Mackandal, que perde um braço na moenda do engenho de Lenormand de Mezy, transmuta sua suposta “inutilidade” para o trabalho

mecânico em comando intelectual e científico. Ele penetra na botânica da ilha, decodifica venenos e fungos desconhecidos pelos senhores franceses e instaura um ciclo de contaminação subterrânea que abala a economia colonial.

Quando os colonizadores franceses capturam Mackandal e montam o espetáculo sádico de seu suplício público na fogueira para reafirmar o império da lei branca, opera-se uma cisão de percepção que define o maravilhoso real:

> Mackandal estava agora no Reino deste Mundo. Tinha-se transformado em iguana verde, em borboleta noturna, em cão desconhecido, em alcatraz. Era o dono das árvores, das sombras e das torrentes, e esperava o momento de voltar à sua forma humana para dar o sinal do grande levante que deveria expulsar os brancos para sempre (Carpentier, 2004, p. 52).

Enquanto os proprietários brancos acreditam ter consumado o assassinato do líder negro e celebram a eliminação do perigo, a massa dos escravizados, sob a égide dos *loas* do vodu, assiste à metamorfose de Mackandal alçando voo sobre as chamas. O mito opera aqui como autêntica agência política: a recusa coletiva da morte do herói desmantela a autoridade intimidatória da punição senhorial. Para os colonizados, o senhor perdeu a soberania sobre a finitude do negro:

> Todos sabiam que Mackandal não havia morrido. Que seu corpo incinerado era apenas uma máscara abandonada, uma crisálida vazia. O verdadeiro Mackandal estava nas montanhas, no vento que balançava as canas-de-açúcar, esperando a hora em que o Vodu convocasse todos os deuses da África para a batalha final (Carpentier, 2004, p. 58).

O mito converte-se em tecnologia insurrecional. É a crença inabalável na ubiquidade de Mackandal que mantém viva a coesão conspiratória que eclodirá, anos mais tarde, no levante histórico de Bois-Caïman liderado por Bouckman, culminando na vitória sem precedentes da Revolução Haitiana.

2.3 Ti Noël e o discernimento ético contra a tirania mimética

O personagem Ti Noël coroa a evolução do heroísmo negro ao incorporar a consciência crítica e ética da história. Testemunha ocular dos levantes populares e das

sucessivas guerras civis, Ti Noël vivencia a vitória republicana haitiana, mas logo se depara com a ascensão monumental do rei Henri Christophe. Este, outrora cozinheiro e insurgente, instaura uma corte aristocrática autocrática em pleno Caribe, coroando a si próprio e erguendo a Cidadela La Ferrière sob o chicote implacável estalado sobre as costas de seus irmãos de cor:

> Ti Noël compreendeu que aquele novo inferno era pior que o anterior. Os novos senhores usavam as mesmas correntes, falavam a mesma língua da chibata, mas agora exigiam que o sacrifício fosse feito em nome de uma pátria negra. A Cidadela subia ao céu com o sangue de homens que haviam lutado para nunca mais carregar pedras para ninguém (Carpentier, 2004, p. 115).

Este episódio de *O Reino deste Mundo* revela a extraordinária sofisticação teórica da narrativa de Carpentier, que antecipa o que Fanon mais tarde conceituaria em *Os Condenados da Terra* como "as armadilhas da consciência nacional" e a degeneração da burguesia compradora pós-colonial. A soberania autêntica não decorre mecanicamente da substituição da cor da pele do governante no palácio estatal se a estrutura despótica e a mimese dos privilégios coloniais forem preservadas intactas.

Ao final de sua velhice, cercado pelas invasões dos agrimensores mulatos republicanos que impõem novos impostos e nova sujeição aos camponeses, Ti Noël experimenta as metamorfoses em diversos animais, mas descobre que nenhuma espécie zoológica explora seus próprios semelhantes. Rejeitando a fuga para o reino animal, ele assume sua condição plenamente humana no mundo dos homens:

> O homem nunca sabe para quem trabalha, nem por que sofre. Mas a grandeza do homem está precisamente em querer melhorar o que é. Em impor-se Tarefas. No Reino deste Mundo, o homem padece e luta, mas sua dignidade consiste em recusar-se a aceitar que o sofrimento seja o seu único destino (Carpentier, 2004, p. 156).

A agência de Ti Noël atinge seu ápice quando ele empunha sua autoridade de patriarca e lança um ultimato ético contra os novos tiranos, desencadeando um vendaval mítico que varre as estruturas da opressão. O herói se desvanece no ar, legando ao leitor a lição de que o verdadeiro heroísmo reside na insubmissão permanente a qualquer jugo despótico.

3. Estudo comparatista: o “haitianismo” e a censura estética na literatura brasileira

Nesta seção, estabelecemos o diálogo no campo da Literatura Comparada entre a experiência afro-caribenha e o romance brasileiro, demonstrando como o temor da soberania negra atuou como dispositivo de recalque e contenção formal nas letras nacionais.

3.1. O pavor da sublevação negra e o pacto da conciliação narrativa

O “haitianismo” constituiu o fantasma estruturante da política e da ordem jurídica brasileira ao longo de todo o século XIX. Conforme documenta Marco Morel (2017), a notícia de que os escravizados haitianos haviam esmagado militarmente os corpos de infantaria napoleônicos e proclamado uma república negra independente instaurou nas classes dominantes brasileiras uma fobia existencial ininterrupta:

> O “haitianismo” no Brasil escravista não foi apenas um receio de revolta armada, mas um medo ontológico da soberania negra. A notícia de que escravizados haviam derrotado as tropas de Napoleão e fundado uma nação independente desafiava o mito da incapacidade civilizatória do negro, forçando a elite brasileira a reforçar o silenciamento e a criminalização de qualquer liderança afro-descendente (Morel, 2017, p. 74)

Esse medo ontológico converteu-se em uma rigorosa “tesoura estética” no romance oitocentista e no cânone literário dominante do Brasil. Para afastar qualquer risco de emulação do modelo caribenho, a literatura hegemônica brasileira preferiu enaltecer o mito da transição cordial e da “democracia racial”, banindo o herói negro insurrecto de suas tramas centrais. O negro aceitável no cânone era aquele submetido à abnegação comovente (o “bom escravo”), o corpo esmagado pelo martírio ou a vítima suplicante que aguardava a clemência do senhor liberal:

> A elite brasileira preferiu construir o mito da abolição concedida, ignorando o protagonismo das revoltas negras. A literatura acompanhou esse movimento, criando personagens que despertavam piedade cristã, mas que nunca inspirariam um levante soberano. O “medo do haitiano” funcionou como uma

> tesoura estética, cortando qualquer tentativa de narrar o negro como o sujeito de seu próprio destino político (Morel, 2017, p. 112).

A historiografia e a ficção brasileiras foram assim moldadas para apagar rebeliões radicais — como a Revolta dos Malês (1835) e os Balaios —, pasteurizando a agência histórica do homem negro sob uma máscara de conformismo passivo.

3.2. Tensões e confrontos estéticos com a literatura contemporânea

Quando cotejamos o romance de Carpentier com as tentativas de reconfiguração histórica na literatura brasileira contemporânea, despontam inflexões fundamentais. Em *Viva o Povo Brasileiro* (1984), de João Ubaldo Ribeiro, emergem figuras monumentais de resistência, a exemplo de Maria da Fé. Contudo, como elucida a ensaísta Sandra Guardini Vasconcelos (2005):

> No Brasil, a resistência negra é muitas vezes narrada como uma luta desesperada pela sobrevivência em meio a um sistema que esmaga o corpo. João Ubaldo Ribeiro retrata a dignidade do povo brasileiro na sua capacidade de aguentar o sofrimento e persistir, mas o herói muitas vezes carece daquela soberania espiritual invencível que Carpentier concede a Mackandal. A luta brasileira é contínua e sofrida; a haitiana é disruptiva e triunfante (Vasconcelos, 2005, p. 204).

Em *Um Defeito de Cor* (2006), de Ana Maria Gonçalves, a reconstituição do século XIX brasileiro pela perspectiva de Kehinde/Luísa Mahin atinge uma densidade contra-hegemônica ímpar, recuperando a dignidade, a autoria e a cosmovisão das populações escravizadas. Não obstante, o romance de Gonçalves mantém-se circunscrito ao realismo histórico e à reconstituição minuciosa do arquivo documental, ao passo que *O Reino deste Mundo* opera um salto estético que subverte o próprio estatuto da realidade positivista ao alçar a mitologia à condição de matéria histórica. A literatura comparada desvela, assim, que a superação da barreira da invisibilidade requer a incorporação do herói negro não meramente como objeto temático da dor, mas como portador de uma soberania descolonial inegociável.

Considerações finais

A revisão empreendida neste estudo confirmou que a ausência histórica do herói negro no cânone literário tradicional das Américas não representou um acidente narrativo fortuito, mas sim uma articulação ideológica intencional direcionada à consolidação da hegemonia eurocêntrica e à neutralização do medo da soberania das populações negras.

Ao articular o instrumental crítico da descolonialidade e da sociologia da invisibilidade ao campo da Literatura Comparada, descortinamos em *O Reino deste Mundo* um modelo literário de ruptura epistêmica sem precedentes. Mackandal e Ti Noël não mendigam reconhecimento à ordem colonial: eles rompem as fronteiras da "zona do não-ser", resgatam a ontologia negada da matriz africana e transformam o mito sagrado em uma força política irrefreável que desafia o império metropolitano.

Ademais, a jornada ética de Ti Noël demonstra que a superação dos estereótipos de subalternidade exige uma vigilância permanente contra as armadilhas do mimetismo autoritário. Como adverte Fanon (1968, p. 154), "o herói não é apenas o que traz o passado, é o que cria o futuro. Dizer não ao branco é o primeiro passo, mas dizer sim à vida e à soberania negra é o ato que verdadeiramente descoloniza a mente".

Ao romper com as amarras da historiografia oficial que condenava as populações afro-latino-americanas à mudez subalterna, o romance de Alejo Carpentier ensina que a dignidade humana no Reino deste Mundo forja-se na recusa contínua da tirania e na afirmação intransigente da liberdade. Cabe à universidade, à crítica literária e ao ensino escolar descolonizar suas grades curriculares para acolher essas poéticas de insubmissão e permitir que os heróis negros ocupem, em definitivo, o centro do imaginário e da história das Américas.

Referências

ANDREWS, George Reid. *América Latina no século XX*. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

ANDREWS, George Reid; DE LA FUENTE, Alejandro. *Estudos Afro-Latino-Americanos: uma introdução*. Tradução de Beatriz Medina. São Paulo: Editora UNESP, 2018.

CARPENTIER, Alejo. *O Reino deste Mundo*. Tradução de Maria Aparecida Barbosa. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

CHIAMPI, Irlemar. *O realismo maravilhoso: forma e ideologia no romance hispano-americano*. São Paulo: Perspectiva, 1980.

DALCASTAGNÈ, Regina. *Literatura brasileira contemporânea: um território contestado*. Vinhedo: Horizonte; Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012.
FANON, Frantz. *Os Condenados da Terra*. Tradução de José Laurênio de Melo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Tradução de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. 6. ed. São Paulo: Contracorrente, 2024.

GONÇALVES, Ana Maria. *Um defeito de cor*. Rio de Janeiro: Record, 2006.

GUHA, Ranajit. *Subaltern Studies I: Writings on South Asian History and Society*. Delhi: Oxford University Press, 1982.

MIGNOLO, Walter. *Histórias locais / projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

MOREL, Marco. *A Revolução do Haiti e o Brasil escravista: o que não deve ser dito*. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (Org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 227-278.

RAMA, Angel. *Transculturación narrativa en América Latina*. México: Siglo XXI, 1982.

RIBEIRO, João Ubaldo. *Viva o Povo Brasileiro*. Rio de Janeiro: Alfaguara, 2011.

SAID, Edward W. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. Tradução de Tomás Rosa Bueno. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SANTOS, Maria; BORGES, Ricardo. O maravilhoso real em Alejo Carpentier. *Polifonia*, Cuiabá, v. 25, n. 38, p. 102-120, 2018.

SOUZA, Jessé. *A invisibilidade da desigualdade brasileira*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

SOUZA, Jessé. *A elite do atraso: da escravidão a Bolsonaro*. Rio de Janeiro: Leya, 2019.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o subalterno falar?* Tradução de Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa e André Pereira Feitosa. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

VASCONCELOS, Sandra Guardini. *Literatura comparada e relações literárias*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

WALSH, Catherine. *Interculturalidad, plurinacionalidad y decolonialidad*: las insurgencias político-epistémicas de refundar el Estado. *Tabula Rasa*, Bogotá, n. 9, p. 131-152, 2008.